

DERROTAR O ASSALTO AOS DIREITOS PROMOVIDOS PELO GOVERNO

Do CCT 2008 aos vários IRCT'S negociados com as seguradoras: um caminho de luta por direitos na atividade seguradora.

Na nossa história recente, a luta por direitos na atividade seguradora tem sido essencial para que hoje possamos ter contratação coletiva que representa os trabalhadores.

Foi com a luta e com o seu Sindicato, o SINAPSA, que os trabalhadores voltaram a ter direitos que se tinham perdido.

A política neoliberal, que abriu lugar à vinda da troika em 2011, volta de novo a ser retomada, nomeadamente com as propostas de alteração ao Código do Trabalho. São mais de 100, os artigos que o Governo se propõe alterar e que incidem sobre a relação laboral, algo muito do agrado dos patrões.

Do que já se conhece das alterações propostas, estas terão como consequência direta a precarização dos vínculos laborais, a desregulação dos horários e uma maior degradação das condições de vida e de trabalho. Alguns exemplos:

Desregula os horários de trabalho

O Governo volta a impor o banco de horas individual, como querem os patrões, e alarga os efeitos do banco de horas grupal, com os trabalhadores que não aceitem a proposta do patrão a poderem ser coagidos a trabalhar no regime proposto, mesmo contra a sua vontade e em detrimento da sua vida pessoal e familiar.

Dá nova machadada na contratação coletiva

Agravam-se as normas que determinam a caducidade das convenções e criam-se as condições para que possam ser os patrões a escolher, consoante os seus interesses, a convenção a aplicar nas suas empresas (se a lei geral, se o acordo coletivo ou de empresa).

Limita o direito à greve

Em caso de greve, ao contrário do que hoje se verifica (em que são as necessidades concretas das populações, caso a caso, que determinam os serviços mínimos a prestar), o Governo quer impor indiscriminadamente serviços mínimos em todas as greves (independentemente das necessidades) e alargar os sectores sujeitos a esses serviços mínimos.

Fomenta ainda mais a precariedade

Agrava o regime dos contratos a termo, com aumento dos motivos que permitem às empresas impor estes contratos; repõe a possibilidade de contratar a termo quem nunca teve um contrato por tempo indeterminado; aumenta os respetivos tempos de duração, quer através do alargamento dos contratos de muito curta duração ou, ainda, desagravando a penalização das empresas utilizadoras de trabalho temporário.

Embaratece os custos do trabalho

Acaba com a norma que proíbe o recurso à terceirização nos 12 meses após um despedimento coletivo. Ao revogar esta norma, o Governo admite explicitamente o despedimento como forma de baixar salários.

Ataca a liberdade sindical

Limita o direito de reunião durante o horário de trabalho, nas empresas sem trabalhadores sindicalizados e faz depender da vontade patronal a afixação de informação sindical, nas empresas em que não haja trabalhadores sindicalizados conhecidos.

Lutar é Preciso!

A economia não melhora com a perda de direitos dos trabalhadores. Mas os lucros dos acionistas das empresas aumentam, e muito!

O SINAPSA não só rejeita, como combaterá o retrocesso que representa este projeto do Governo, como exige alterações na legislação laboral que reequilibrem as relações laborais.

**A LUTA DOS TRABALHADORES É DECISIVA PARA
A MELHORIA DAS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA E A DERROTA DESTE PROJETO!**

SINDICALIZA-TE!